

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ALESSANDRA LOPES DOS SANTOS

PROFESSORAS NEGRAS E MESTIÇAS NO PERÍODO OITOCENTISTA

NITERÓI

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ALESSANDRA LOPES DOS SANTOS

PROFESSORAS NEGRAS E MESTIÇAS NO PERÍODO OITOCENTISTA

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense/Niterói, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Pedagogia.

ORIENTADORA PROF^a. DR^a. ALESSANDRA FROTA SCHUELER

Rio de Janeiro

2021

ALESSANDRA LOPES DOS SANTOS

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S237p Santos, Alessandra Lopes dos
Professoras Negras e Mestiças no Período Oitocentista /
Alessandra Lopes dos Santos ; Alessandra Frota Schueler,
orientadora. Niterói, 2021.
52 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-
Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação,
Niterói, 2021.

1. Professoras negras. 2. Educação. 3. Produção
intelectual. I. Schueler, Alessandra Frota, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. III.
Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

PROFESSORAS NEGRAS E MISTIÇAS NO PERÍODO OITOCENTISTA

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense/Niterói, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Pedagogia.

Aprovada em de de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Alessandra frota Schuler (orientadora)

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Regis Arguelles da Costa
UFF – Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me propiciado a oportunidade de alcançar mais este objetivo;

A minha família por me ajudarem em todos os momentos da minha vida;

Ao meu amado esposo Leandro e minha filha Leticia pelo apoio incondicional e amor;

A professora Alessandra Frota Schuler por toda orientação atenciosa,

Obrigada.

RESUMO

O presente trabalho monográfico faz uma breve reflexão histórica sobre as experiências de algumas professoras negras na passagem do século XIX para o século XX. O espaço privilegiado de análise foi a cidade do Rio de Janeiro. O objetivo do estudo é buscar nas suas trajetórias, o protagonismo e as estratégias que foram utilizadas por essas mulheres negras, num período marcado pelas lutas de abolição da escravidão, pelas desigualdades de gênero e classe e pela emergência do racismo (pseudo)científico. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual analisamos os estudos que contribuíram para um olhar crítico e reflexivo sobre a complexidade e heterogeneidade da constituição do ofício docente naquele momento histórico. Dentre esses estudos, enfocamos a trajetória de uma professora, Coema Hemetério dos Santos, como fio condutor da reflexão histórica

PALAVRA-CHAVE: Professoras Negras, História da Educação, Relações de Gênero, Classe e Raça

ABSTRACT

The present monographic work makes a brief historical reflection on the experiences of some black female teachers in the passage from the 19th to the 20th century. The privileged space of analysis was the city of Rio de Janeiro. The study aims at searching their trajectories, the protagonism and the strategies that were used by these black women, in a period marked by the struggles for the abolition of slavery, by gender and class inequalities and by the emergence of (pseudo)scientific racism. The methodology used was bibliographic research, through which we analyzed the studies that contributed to a critical and reflective look at the complexity and heterogeneity of the constitution of the teaching profession at that historical moment. Among these studies, we focused on the trajectory of a female teacher, Coema Hemetério dos Santos, as the main thread of our historical reflection.

KEY WORDS: Black Female Teachers, History of Education, Gender Relations, Class, and Race

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPITULO I: BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO E A IMAGEM DO NEGRO (AS) NO PERÍODO OITOCENTISTA.....	12
1.1- A IMAGEM DO NEGRO.....	22
CAPITULO II: AS MULHERES NEGRAS NO PERÍODO OITOCENTISTA.....	27
2.1 - A MULHER NEGRA X ESCOLARIZAÇÃO.....	34
CAPITULO III: A EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA NEGRA NO PERÍODO OITOCENTISTA.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

Introdução

O presente trabalho é resultado de experiências vivenciadas em sala de aula como bolsista, estagiária e agora mediadora escolar. Em todos esses espaços pude ver o quanto o racismo estrutural se reproduz no fazer profissional do educador. Algumas vezes por falta de conhecimento, outras por reproduzir a lógica existente e outras vezes por esses profissionais assumirem suas convicções raciais.

Alunos negros ainda escutam histórias sobre negritude de forma pejorativas, descontextualizadas e de extrema passividade diante da escravidão. Após a exposição da história, muitos não querem ser negros, não se identificam com esse povo, ocasionando um distanciamento desta temática tão fundamental na educação.

Esta experiência é vivenciada desde a minha infância, por ser mulher negra no espaço escolar. É perceptível que ainda se perpetuem preconceitos onde o cabelo, a cor da pele, o pertencimento ao povo negro, são tratados como algo inferior. Os que possuíam estes estereótipos eram considerados escravos, que não tinham conhecimento algum, sem voz, sem vontade, passivos. No dia 20 de novembro quando as escolas cumprem a Lei 10.639, é possível ver murais com imagem de negros acorrentados, descalços e sujos, fazendo que não haja desejo de ser associado a esse imaginário.

Embora a história não tenha sido fácil para os negros, houve intelectuais, resistência, conflitos, heróis, escritores, sonhadores que não aparecem nas histórias contadas, nunca soube da existência deles no período escolar e ao saber mudou completamente a forma de olhar a história e o desejo de pertencer identitariamente a este povo.

Evaristo diz no jornal Catarinas em 2021 que "Escrevivências, significa e permite a reescritura da própria história brasileira a partir das vozes de pessoas negras", é preciso trazer essas vozes para a escola, apresentar memórias

negras, vivências e experiências. E é neste contexto que surge o interesse por esta temática.

Esta pesquisa afetou profundamente a maneira de ver os negros e negras num cenário marcadamente desigual, escravista e desumano. Por este motivo pesquisei professoras negras nos pós-abolição, para que a trajetória destes sejam contada através das experiências vivenciadas por esses personagens e apresentar outras possibilidades de contar a história do negro.

As pesquisas sobre as experiências de professores e professoras negras na história da educação brasileira, especialmente nas décadas finais do século XIX e décadas iniciais do século XX, tem produzido um novo olhar sobre aquele contexto, tão marcado pela escravidão, pelo racismo e pelo preconceito racial. No imaginário social ainda permanece a ideia de que a sociedade era marcada pelo binarismo senhores e escravos, brancos e negros, e que os negros, homogeneizados, foram reduzidos apenas à experiência e à violência da escravidão, sujeitos passivos, que serviam somente para o trabalho braçal e à exploração.

Em que pese ter isso como experiência majoritária dos escravizados e escravizadas no Brasil e nas Américas, as pesquisas sobre o século XIX vem trazendo outras histórias e possibilidades para homens e mulheres negras, ex-escravizados, livres e libertos. Um dos campos explorados é o acesso desses homens e mulheres ao mundo letrado e à educação escolar, formal ou informal, experiência que foi possível, sobretudo, nos espaços urbanos. Ao mergulhar na leitura sobre essas questões, o meu objetivo foi buscar a história de professoras negras, procurando observar como eram as relações sociais, que estratégias elas utilizaram numa sociedade escravista e sexista, destacando o protagonismo feminino e suas diferentes trajetórias. Esse é um desafio que nos permite ampliar o olhar sobre a história, no cenário de abolição e no pós-abolição. Embora pouco se tenha rompido com o racismo, que estrutura nossa formação social (ALMEIDA, 2018), isso não significa que não

houve resistências, lutas, denúncias e agência negra contra a escravidão, por parte de homens e mulheres negras.

Pensar em professoras negras neste momento histórico nos permite ampliar nosso conhecimento a respeito de trajetórias de vida no magistério, que contribuem para uma outra abordagem, mais rica e complexa, sobre a formação identitária das populações negras. Pensar na inserção de negros e negras e suas lutas pela educação é pensar no seu protagonismo face às desigualdades de gênero, raça, classe e as ideologias raciais que emergiram a partir dos anos de 1870. Contar a história a partir da experiência de intelectuais negros e negras, de professores e professoras, é muito significativo no presente, pois o conhecimento nos ajuda a romper com a equivocada, e violenta, ideia suposta de incapacidade e inferioridade, que justificou a exclusão de majoritárias parcelas da população negra das escolas.

A metodologia utilizada foi uma análise das pesquisas realizadas neste contexto histórico por pesquisadores como Gondra e Schueler (2008), Freitas (2008), Silva (2019), entre muitos outros, que contribuíram para um novo olhar sobre o cotidiano, as relações que se estabeleciam socialmente, as estratégias, as resistências, possibilitando um olhar mais crítico-reflexivo sobre os estudos nesta temática.

É importante destacar que vivenciamos um ano de pandemia do SARS COVID 19, que não só impossibilitou o acesso a bibliotecas e espaços de pesquisas, como afetou as relações e a saúde física, emocional e mental, exigindo um maior equilíbrio, pois estas questões atravessam nossa vida e trajetória. A inacessibilidade, mudança de rotina, acesso ao que está somente na internet, são desafios, entendendo que alguns acervos não estão disponíveis e que neste contexto as visitas estão temporariamente suspensas. Isso não impossibilitou a busca pelo tema abordado, mas influenciou nas descobertas de outras possibilidades.

No primeiro capítulo da monografia, realizei uma breve análise histórica sobre a construção do imaginário racial que depreciava os negros e negras, classificando os indivíduos pela cor da pele. Para tanto, observei como as teorias raciais pseudocientíficas, justificando as “mazelas da escravidão”, construíram e consolidaram as representações negativas de inferioridade e incapacidade intelectual das populações negras, perpetuando paradigmas racistas que perduram como marco estrutural em nosso país.

No segundo capítulo, privilegiei o estudo da trajetória de mulheres negras, que sofreram, e ainda sofrem, não só os efeitos perversos do racismo como do sexismo. Em que pese a presença majoritária das mulheres negras na base da hierarquia social, ocupando as tarefas pesadas do trabalho doméstico e do trabalho manual em vários ofícios urbanos e rurais, procurei destacar a presença de algumas mulheres negras em outros espaços de trabalho, especialmente no mundo das letras e no campo educacional. Muitas delas, atuando como professoras, ocuparam o espaço público, eram abolicionistas, algumas não tiveram filhos ou casamentos e exerceram funções públicas no campo do magistério. Venceram as barreiras que impediam o acesso escolar e compartilharam o conhecimento como uma estratégia de luta.

A possibilidade de olhar a trajetória dessas mulheres, seja as que puderam se formar, estudar ou as que lutaram de forma resiliente para manter suas famílias, nos proporciona uma nova forma de ver a história. Contar a história a partir da perspectiva do protagonismo dessas mulheres, certamente, produziu um impacto na formação das identidades de crianças e jovens negros e negras, e na estrutura identitária individual e coletiva. Promove o senso de pertencimento a um grupo, que não vivenciou passivamente ao que foi imposto, mas criou suas formas de luta e sobrevivência.

No terceiro capítulo, destaco a trajetória da professora negra Coema Hemetério dos Santos na cidade do Rio de Janeiro, com base no estudo realizado por Silva (2019). Em meio às experiências de Coema Hemetério dos Santos, apresento outras personagens negras, professoras que também não

se encaixaram aos padrões hegemônicos da época e exerceram funções nos espaços públicos, especialmente apontando para as suas experiências de lutas e resistências no âmbito da educação e do ensino.

Com esse estudo histórico, pretendo colocar em diálogo os passados presentes. Como professora, mulher negra, defendo que a escola deve ofertar esse debate e contar outras histórias sobre crianças, homens e mulheres negras. A riqueza e a multiplicidade das experiências humanas nos ajudam a afastar os perigos de “uma história única” (ADICHIE, 2021). Afinal, nada está dado, nada é estático, a história é dialética.

1- Breve relato histórico sobre a educação e a imagem de negros (as) no período oitocentista

Ao longo dos oitocentos as relações sociais eram atravessadas por questões raciais, as teorias racialistas fundamentavam pensamentos e comportamentos que justificavam práticas de exclusão hierarquização e violência contra a população Negra, teorias europeias, apresentadas como científicas hierarquizaram a humanidade colocando-se no topo da hierarquia e a população negra ficou na posição mais baixa dessa gradação (MÜLLER, 2008:9 apud OLIVEIRA, p.09).

O Brasil neste contexto procurava se modernizar e a educação foi uma das estratégias utilizadas para cooperar com os avanços nacionais, não foram inclusivos e muito menos ofertados a todos os brasileiros, pois nem todos eram considerados cidadãos.

Barros (2016) apresenta que no século XIX cada província tinha sua assembleia legislativa e tomavam suas decisões sobre educação e que não é possível afirmar que todos os negros estavam excluídos da escola oficial e que a proibição variava, em sua maioria proibia os escravos, mas haviam negros

livres, africanos ou não e, portanto, nem todos estavam distantes dos conteúdos escolares.

A autora ainda afirma que existiam também escolas que não eram oficiais e várias outras formas de obter conhecimento. Não foi fácil para os negros, pois traziam no corpo as marcas da escravidão e mesmo não escravizados encontraram dificuldade de acesso escolar, era difícil saber quem era livre ou escravo no período. Dessa forma os negros, geralmente, eram os mais afetados por políticas excludentes e discriminatórias.

Embora a história nos apresente um cenário de impossibilidades, podemos perceber através de estudos que os entraves colocados para impedir o acesso de negros as escolas, não impediram que os mesmos acessassem o conhecimento escolar, um exemplo é que a história já comprova que entre escravos existiam aqueles que sabiam ler e escrever, nos apresentando uma sociedade complexa e com relações dinâmicas.

A população de escravos não era considerada cidadãos e nem possuíam propriedades para se beneficiar dos direitos sociais, as Leis que regulavam a sociedade definindo direitos e deveres colocavam a população negra, principalmente escrava, às margens da sociedade, reforçando o afastamento do acesso escolar, escamoteando ideologias racistas e políticas que naturalizavam práticas preconceituosas.

“O impedimento que fora imposto aos escravos era respaldado tanto pela constituição de 1824 -carta que vigorou todo período imperial- quanto pela maior parte das legislações educacionais produzidas ao longo das décadas subsequentes” (FERREIRA, 2020:13)

Diante dos impedimentos legais as possibilidades de acesso à escolarização oficial, marcava quem poderia obter a instrução escolar, demarcava a posição dos indivíduos na estrutura oitocentista, a escola não era para escravos, estes não estavam incluídos num progresso e avanço nacional,

formava-se um povo brasileiro com bases na desigualdade social, racial e de gênero.

Schueler (2015) relata que os escravos tinham seus direitos restringidos socialmente e nas instituições escolares, eram considerados não cidadãos e não tinham acesso à instrução. O objetivo deste afastamento da escola foi uma forma de evitar o direito à liberdade e evitar inquietações entre escravos crioulos (nascidos no Brasil).

A definição de cidadão passava pelo acesso a liberdade e a propriedade (GONDRA e SCUHELER, 2008), ratificando que escravos não poderiam ser considerados cidadãos e, portanto, alijados de direitos humanos e sociais, apesar de estudiosos apresentarem em suas pesquisas que neste período, os negros (as) eram maioria populacional.

A educação associada como um direito aos cidadãos não incluía negros (as), indígenas, os mais empobrecidos, Ferreira (2020) pontua que a falta de menção aos escravos demonstra exatamente qual era o seu lugar na sociedade, sem cidadania e sem direito a instrução escolar, relata ainda que em 1827 o ensino público passou a tratar a educação de forma mais densa, ordenando as disciplinas, separando escolas de meninos e meninas, sendo incumbida de ensinar um amplo repertório de conhecimentos.

O ensino era diferenciado para meninos e meninas demarcando os lugares sociais que cada um deveria ocupar no período oitocentista, Ferreira (2020) apresenta que as meninas aprendiam o que era mais voltado para o âmbito doméstico, reproduzindo padrões culturais hegemônicos, preservando a formação social de gênero socialmente estabelecido. Os meninos tinham o conhecimento mais amplo como leitura, escrita, operações matemáticas e religiosas.

Apesar dos impedimentos que as leis impunham, priorizando os não negros, este fator não dá conta da realidade que se apresentava neste momento, segundo Schueler, (2015) houve um acesso de crianças negras que

frequentavam escolas, principalmente as livres, mostrando também que houve uma variação de cor e condição da criança afrodescendente, apresentando a complexidade existente e como as relações não eram uniformes, apresentavam tensionamentos e resistências.

“Inicialmente, reconheceu-se que o alunado brasileiro não era composto exclusivamente por brancos. Em 1989, Zeila Demartini constatou a existência de alunos negros durante a Primeira República por meio das memórias de mestres(as) ouvidos(as) na investigação sobre imigrantes em São Paulo. Em seguida, pesquisas incorporando a população negra à educação vieram à lume enfatizando a existência de alunos(as) de instituições públicas ou privadas. Suas diferentes condições jurídicas podiam ser de escravizados(as), libertos(as) e livres. Em relação ao pertencimento racial, podiam ser pretos(as), pardos(as) e mulatos(as), entre outros. Em relação à origem, dividiam-se em africanos(as) livres e filhos(as) de africanos(as). Essa pluralidade denunciava a existência de um alunado diverso”. (BARROS e BEZERRA, Pág,2020:05)

O Brasil que queria se modernizar e avançar, como os países europeus, precisaria investir de forma mais contundente em escolas, mesmo esbarrando em conservadorismos e hierarquizações sociais. Ferreira (2020) coloca que o Brasil estava na tentativa de ser civilizado e progressista para alcançar suas aspirações nacionais.

Havia muitos desafios, a educação oitocentista esbarrava em muitas questões, não havia escolas suficientes, surgiram avanços e retrocessos, o cenário de pobreza e escravidão permeava a sociedade, diante deste quadro social a escola se projeta e se institucionaliza com o objetivo de abrir o caminho para a desejada modernidade.

Mas a instrução escolar não se deu somente pela escola, existiram outras possibilidades, eram caminhos informais de aprendizado. Ferreira (2020) nos aponta que a aprendizagem se deu para além da escola, são outras experiências educacionais, são outras formas de transmitir saberes. Segundo

Gondra e Shueler (2008) Não bastava olhar a igreja e o Estado, já que existiam outras formas de educação.

Pensar nestas outras possibilidades ampliam o olhar sobre uma história marcada pelo silenciamento de negros e negras que eram apresentados de forma inerte as questões e pressões sociais, restando somente o descaso e as impossibilidades impostas pelos governantes. Estudos sobre a temática negra nos permitem ouvir outras vozes, outros ângulos e oferecer o protagonismo a quem é de direito, aos que foram excluídos do processo educacional, social e político.

Segundo Gondra e Shueler (2008) a história apresenta estudos generalizantes que não dão conta da realidade do império brasileiro e surge a necessidade de um olhar diferenciado que perceba a complexidade e os grupos sociais que compõem o povo brasileiro que estava começando a construir sua identidade nacional.

Os entraves que permearam o período oitocentista foram marcado por lutas e disputas em diversas áreas, não havia unidade social, as proibições demarcadas pelas Leis, os projetos governamentais, as imposições sociais que marginalizavam e excluía não eram aceitas de forma pacífica por todos e essas tensões se refletiam também no campo educacional.

Os desenvolvimentos de escolas formais ou informais não foram livres de transtornos, pois eram marcadas pela escravidão e por suas demarcações concretas e simbólicas, a sociedade transferiu para a escola um legado de restrições e conflitos (FERREIRA, 2020), havia um espaço de disputa dos grupos sociais, indicando a heterogeneidade da educação e tencionando o direito à escolarização neste período (SCHUELER, 2015).

As barreiras impostas pela corte não foram suficientes para impedir o aprendizado escolar de negros e negras, embora sob muita pressão e retaliações baseadas em preconceitos e estereótipos, houve os que alcançaram posicionamentos importantes neste período, alguns exercendo o

magistério e uma vida política. Segundo Barros e Bezerra (2020:06) “A diversidade não esteve presente apenas entre estudantes, mas também entre o professorado que se constituía desde o início do século XIX”.

Não foi fácil o acesso educacional e nem se deu sem resistências e conflitos, mesmo acessando escolarização formal, a receptividade a esses alunos e professores negros (as) foram marcadas por limitações, restrições e como registram pesquisadores, poderiam haver sanções físicas, abusos e discriminações públicas.

“A despeito disso, não se deve premeditadamente concluir que o processo de inserção de meninos e meninas negras na escola deu-se livre de transtornos e contrapartidas” (FERREIRA, 2020: 39). A sociedade estava marcada pela exclusão racial e de direitos, teorias e imagens construídas tentavam fundamentar o racismo e a incapacidade dos negros, a escola reproduzia o que acontecia na sociedade.

“... as escolas - que a priori deveriam ser espaços de ampliação de possibilidades - poderiam muito bem se tornar reprodutoras nocivas das mesmas lógicas que organizavam as relações na esfera social, pública reforçando toda sorte de estigmas, restrições e lugares de pertencimento através dos mais diversos mecanismos de exclusão, abrangendo desde confrontos diretos até expressões naturalizadas e silenciosas de preconceito” (FERREIRA, 2020:39)

A escola como espaço de estabelecimento de relações sociais estava associada a regras de comportamentos e normas a serem seguidas, os professores tinham a função de educar e corrigir, segundo relata Ferreira (2020), os professores tinham direito a aplicação de meios disciplinares, caso precisassem poderiam recorrer a penalizações que segundo a compreensão da época, era legítimo.

Em 1879 com a Reforma do ensino primário e secundário do Município da corte e o Superior em todo império, houve mudanças no perfil estudantil, não havia proibição dos cativos na escola, os professores teriam mais

autonomia para ensinarem, embora as instituições de ensino ainda carregassem um legado histórico construído pelo Estado (FERREIRA, 2020).

O Brasil que se modernizava buscava investir na educação, ainda era socialmente marcado pelo cativo, pela subordinação de negros, não seria um ideário vê-los como cidadãos, não só por alegações puramente sociais e científicas, mas também econômicas. Estudar possibilitaria resistências, Ferreira (2020) aponta que o acesso educacional as escolas públicas permaneceram sendo um grande desafio.

A imagem, o legado simbólico e estereotipado, as mazelas de um país escravocrata criaram impossibilidades, restringiram, mas não impediram o acesso escolar, segundo Ferreira (2020) havia um indicativo de que escravos de alguma maneira forçaram as vias em direção à sala de aula, inclusive podendo contar com o acobertamento de professores e diretores de escola que não observavam as leis.

As relações escolares se deram dentro de conflitos, não havia uma conciliação de pensamento a respeito da educação para os negros, embora com lutas abolicionistas e denúncias o cenário ainda era alarmante para a questão racial. Eles sofriam com estigmas próprios da sua origem, tipo físico e cor da pele e principalmente se tivessem uma parentela escravizada (FERREIRA, 2020).

A convivência era marcada por muitos legados raciais, a escola reproduzia o racismo, Ferreira (2020) em sua pesquisa diz que “Os relatos dos pais reforçavam, portanto, que a principal dificuldade não era em si o ingresso escolar, mas o convívio institucional com pessoas pertencentes a outras camadas sociorraciais” (apud SILVA 2000, 2002).

“Afim, outros empecilhos de ordem social ou simbólica poderiam dificultar- ou mesmo embarreirar- o ingresso e o processo de acolhimento escolar de alunos oriundos de famílias pertencentes a segmentos sociais desfavorecidos e de cor”. (FERREIRA,2020:14)

Observar a trajetória de negros e mestiços na história nos permite entender como o cotidiano e a vida era intrincado, as disputas e lutas por direitos custaram a vida de alguns, resistir a um sistema extremamente violento sem direitos ao menos a cidadania, representava, em alguns casos buscar estratégias para continuar a existir.

O contato com outras pessoas e culturas diferentes ajudaram a criar formas de comportamento, relações, negociações, disputas sociais, relacionamentos e alianças, estes aprendizados e estratégias de sobrevivência eram assimilados tanto oralmente como através de literaturas, possibilitando novas oportunidades ou possibilidades.

PAIVA (2003:490) diz que “os livros circulavam entre os libertos e seus descendentes e, assim, contribuíram para que eles tivessem acesso à produção literária da época”. Desta forma, não podemos olhar a história sem suas relações, existia outras formas de construir conhecimentos, tencionando mudanças nas formas de vida de homens e mulheres negros e mestiços.

A abolição da escravatura foi gradual no Brasil, num cenário de muitas disputas políticas e sociais, as Leis como Eusébio de Queiroz 1850, Lei do ventre Livre de 1871, Lei sexagenário de 1885 não garantiram liberdade aos negros. Mattos (2009:21) afirma que na verdade, “os riscos de escravização ou escravização ilegal eram constantes para qualquer um que se afastasse dessas redes de conhecimento e proteção”.

A eminência de sofrer injustiças relacionadas à liberdade era real, a busca por educação e direitos era uma bandeira de luta, nada estava demarcado ou consolidado, a abolição não mudou o cenário de pobreza e descaso governamental, o racismo era ainda presente e aparecia nos mais diversos espaços, viver neste período possuía riscos de vivenciar as experiências da escravidão.

“Em meio a continuidades e rupturas, a difusão cada vez maior de um pensamento francamente racista, que reivindicava caráter científico, era especialmente perturbadora para os intelectuais brasileiros de ascendência africana. A presença de intelectuais negros foi marcante na vida intelectual do Brasil oitocentista, e especialmente relevante no movimento abolicionista”. (Mattos, 2009:33)

Intelectuais negros envolvidos em vários setores eram perseguidos pela imprensa da época, pois quebravam estigmas que eram usados para justificar a escravidão, Dantas (2010:08) diz que eram vistos como “vagabundos, ladrão, desinteligentes, preguiçosos, mal educados, desordeiros”. Muitos intelectuais como Monteiro Lopes, envolvido na política, tinha ligações com lideranças negras, lutava pelos direitos trabalhistas, tinham que se reafirmar diante de uma sociedade racista, precisariam provar sempre o conhecimento intelectual, “ilustrado”. A citação de Isabel Lutosa nos esclarece ainda mais com um negro, mesmo intelectual, era visto

“Não importava se um negro havia recebido uma educação formal, conquistado reconhecimento público ou que fosse uma pessoa influente: era considerado, antes de tudo, negro – anátema da inferioridade, e, se tivesse alcançado destaque social ou ostentasse pose ou orgulho publicamente, também era considerado fora de seu lugar” (DANTAS, 2008:9, apud LUTOSA, 2004, p. 273 3 p. 281)

Essas questões ainda tão presentes no imaginário coletivo, faz com que se reproduza a ideia de incapacidade do negro, negras e mestiços e reproduz preconceitos ainda marcantes na sociedade. A imagem é fundamental para o indivíduo, trazendo valorização, autoestima, servindo como exemplo para que outros se reconheçam como pertencentes aquele grupo ou a aquela história, o que se tem ainda perpetuado, embora hoje ajam lutas e resistências, é a associação da imagem do negro ao que é negativo.

As marcas da escravidão eram reafirmadas recorrentemente, a despeito dos esforços de muitos negros em se livrarem dela, segundo Dantas (2010), neste período oitocentista havia mudanças associadas a um pensamento conservador, atrelado à escravidão. Mattos (2009) nos apresenta que “essa mentalidade escravocrata se deparou com resistências, visando coibir o crescimento da fuga de escravos”, criando a Lei de “Cotegipe, ainda assim ela se transformou em desobediência civil generalizada”.

Não houve passividade, as relações eram marcadas por tensões, mesmo procurando o afastamento de negros e mestiços das escolas, não foi possível impedir que resistissem e almejassem a liberdade e o direito de serem cidadãos. As conquistas seriam gradativas, mas as mazelas do racismo se tornaram uma herança que ainda atravessa a sociedade.

Gomes (2005) nos apresenta um cenário de lutas e inquietações na política oitocentista, ao falar dos ataques jornalísticos, as disputas entre negros monarquistas e republicanos, o enfrentamento corporal e o cenário de incertezas no pós – abolição, nos apresentando o protagonismo negro no cenário brasileiro, não houve passividade, houve mobilização, lutas e expectativas por parte dos negros.

Rosa (2019) apresenta os abolicionistas, rompendo com a ideia de que somente cooperaram com a abolição homens brancos, a autora traz Luiz Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo dias de Castro. Homens abolicionistas, negros e republicanos. Promovendo uma nova forma de olhar a história.

Há também registros de professores e professoras, abolicionistas, políticos que buscaram formas de denunciar a escravidão e se prontificaram em alfabetizar os que não tinham acesso escolar, segundo Santos, Silva e Santos (2020) Antônio Bahia da Silva Araújo, Cincinato Ricardo Pereira da França e Francelino de Andrade são professores que se enquadram no perfil citado acima e lutavam em defesa de “sujeitos comuns”.

Antônio Bahia professor e diretor de uma escola noturna de cachoeira de 1874 deu aulas para “pessoas de cor, entre livres, libertos e escravizados, supõe-se que considerável contingente de alunos dessa escola era composto por trabalhadores do campo e de ofícios manuais” (SANTOS et al, 2020:597), lutou pela reformulação das escolas noturnas.

“Ele ultrapassou os limites da sala de aula para defender a escolarização para classes populares nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, período de declínio do escravismo no país e do imediato pós abolição. Certamente influenciou alguns de seus alunos, inclusive, tornando-se atuantes em causas sociais semelhantes às suas, assim como teve contato, colaborou na formação e também foi formado por outros professores na Escola Normal como possibilidade de qualificação e alcance de outros lugares sociais que não fossem de subalternidade, como fez Ciciliano Franca, Francelino de Andrade e outros docentes da época” (Santos et al, 2020:599)

Outro exemplo citado por Santos (et al,2020) é Cincinato “defensor da liberdade”, “entusiasta”, abolicionista e lutou pela educação de pessoas escravizadas e libertas. Também foi político, escreveu artigos, cartas que publicou em jornais, tinha engajamento, crítico e defendia melhores condições de ensino. Mesmo cercados por um momento de tensões e escravidão, colocaram seus ideais em prática, pois as repressões da época não os contiveram ou coibiram, deixando um legado de combate ao racismo.

Pois reprimir essas manifestações estavam presentes neste período, de forma violenta tentaram silenciar qualquer movimento de resistência, Gomes (2005:27) relata que “de certa forma, estamos falando da produção de um silêncio das narrativas (mais historiográficas do que necessariamente históricas) sobre raça e classe nos anos imediatamente pós – abolição”.

Com uma vida marcada pela cor da pele, Gomes (2005:12) relata que não eram fardos que arrastariam inexoravelmente ou de que poderiam se

desfazer na primeira esquina da liberdade, estavam marcados nos corpos e nas mentes- nunca em termos biológicos, mas por expectativas políticas.

Como lidar e enfrentar esta imagem negativa e grifada pela violência e intolerância racial, como defender direitos num período de silenciamento e teorias raciais que buscavam tornar os negros e mestiços como objetos de exploração, havia muitas questões em disputa na arena política e social.

1.1. A imagem do negro

A imprensa assume um papel estratégico, um campo de batalha para propagação de ideias, nas primeiras décadas republicanas houve o surgimento da imprensa negra, jornais como Treze de maio (1888), A Pátria (1889), O Exemplo (1892), A Redenção (1899), O Baluarte (1903), O Propugnador (1907), O Combate (1912), O Patrocínio (1913) entre outros, muitos desses jornais buscavam denunciar humilhações e intolerâncias sofridas por negros e mulatos e também festejavam a abolição. Apresentavam uma sociedade marcada pela dureza da escravidão e exaltavam também líderes abolicionistas, mas apesar de ser importante este destaque da imprensa, ele não representa que houve melhorias para a questão raciais da época (GOMES, 2005:27).

A presença negra se fazia notória, era possível encontrar formas de contestar o sistema da época, os jornais são esses instrumentos e através deles percebemos que o cenário político e ideológico estava em constantes disputas, produzindo espaços de fala, apresentando demandas de uma população que não possuía direitos.

Gomes (2005) diz que: “no período que se seguiu à abolição, a maior parte dessas questões esteve ausente do foco da grande imprensa”, já não se

denunciava o sofrimento desta parcela da população negra, mas o fato de estarem produzindo uma imprensa já nos apresenta uma outra imagem do negro, não tão passivo e sem luta política, isto nos ajuda, sobretudo, a entender como um segmento da população negra brasileira percebeu, concebeu, projetou, construiu e, em outros momentos iniciou a desconstrução de sua própria imagem e presença na sociedade.

Rosa (2019) apresenta os jornais como espaço para argumentações, como o debate de José do Patrocínio com Sílvio Romero, sobre raças e também com um instrumento que além de promover discussão transformaria a sociedade, segundo a visão de Monteiro Lobato. Os jornais foram utilizados também para tornar a imagem do negro inferiorizada.

Mas a imagem que foi utilizada de forma tão pejorativa, para minimizar e inferiorizar o negro, também foi utilizada como ferramenta de denúncias e luta por parte dos abolicionistas. Sant'anna (2018) Apresenta através da Revista Ilustrada (ano de 1876- 1878) como negros que lutavam pelo abolicionismo apresentavam a imagem do negro escravo como ferramenta de luta, denunciando os maus tratos e violências cometidas aos escravos oitocentistas, através de crônicas e litografias desenhadas pelo seu idealizador Ângelo Agostini.

Através desta revista apresentavam o quanto à imagem do negro era estigmatizada aparecia sempre o “trabalho braçal, artesanal e doméstico, associado à cor da pele e a condição social inferiorizada do escravizado” (Sant'anna,2018:30). Estes estereótipos produziram conceitos que perduram ao longo do tempo, reforçando o preconceito racial.

Com a imagem dos negros escravizados relacionado a fatos políticos, sociais e culturais do cotidiano oitocentista, a revista Ilustrada procurou despertar o interesse dos que queriam lutar pela questão racial, reivindicando o direito a liberdade, seja física ou religiosa, como pontua Sant'anna(2018).

“Entretanto, são as imagens de negros acorrentados, amordaçados, sendo arrastados, açoitados ou assassinados por feitores de pele

branca, as que mais atraíram o interesse dos abolicionistas e que despertavam a atenção daqueles que, aos poucos, impregnavam-se pelo desejo de conceder a emancipação a todos os negros escravizados. E, mesmo tendo transcorrido mais de um século, tais imagens são as que melhor impressionam todos aqueles que se sentem comovidos pela história do negro no Brasil, por demonstrarem afinidade à igualdade racial entre negros e brancos ou por terem consciência de que estão incluídos a essa história devido ao fato de serem descendentes dos negros escravizados e deles terem recebido o legado da desvalorização moral, cultural, da violência simbólica e corporal imposta aos escravos". (Sant'anna, 2018: P.31)

Muitas cenas da revista apresentam como eram as imagens da violência brutal cometida aos escravos, reforçando e delatando o quanto perverso era para os negros a vida no período oitocentista, eram cometidos atos desumanos que revelam o lugar que estes ocupavam no cenário brasileiro, observando as denúncias ficam claro como se estabeleciam as relações entre os senhores e seus cativos.

"revista, expõem atrocidades desferidas contra os escravos por bárbaros senhores escravocratas que mandavam enterrar escravizados vivos ou colocá-los em fornos incandescentes, bem como matar a pontapés desferidos contra a barriga, negras grávidas que não poderiam mais trabalhar por o momento de darem à luz estar próximo. Também, denunciam cenas de desespero nas quais os escravizados preferiam os mais horríveis suicídios (jogavam-se às rodas do trem em movimento e tinham os corpos quebrados em pedaços, cortavam o pescoço com estilhaços de vidro, afogavam-se em rios e mares) "à morte lenta e dolorosa por meio do chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhes as carnes" (*Revista Ilustrada*, 1886, nº 427, p. 4 e 5) in: SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Imagens de negros no Brasil oitocentista: Revista Ilustrada (1876-1898)*. In: *Revista Eletrônica Falas Breves*, vol. 05. Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó-Breves. Maio/junho de 2018. ISSN 23581069

A Revista Ilustrada apresenta a imagem negra de formas variadas, remetendo o olhar para a variação de postura que os negros tomavam, ora vítimas, ora revoltados, Sant'Anna(2018) demonstra o quão complexa eram as dinâmicas estabelecidas nos oitocentos, era uma arena de controvérsias, de correlação de forças.

“vítima subjugado às vontades e aos castigos impostos por seu senhor; o de revoltado, que se rebela com a situação de animalização que lhe é imposta, com os maus-tratos sofridos e que seria capaz de praticar a desforra contra os seus algozes, como mostram diversas imagens divulgadas na revista” (Sant'anna, 2018:32)

A proposta da revista era trazer uma reflexão sobre as condições desumanas dos negros, a forma como eram tratados apresentavam seu posicionamento social, como conceder direitos aos que eram considerados como “animais”, para denunciar este tratamento Sant'Anna relata que a imagem do branco era colocada na mesma situação do negro.

“o artista gráfico, procurando alertar os escravagistas e o governo acerca dos prejuízos e perigos que a manutenção do regime escravocrata motivava inclusive a senhores de escravo, desenha um homem branco sendo açoitado por seus escravos e, em nota explicativa inserida logo abaixo da imagem, menciona: "Não teríamos o receio de ver, um dia, as cenas mudarem, e as vítimas aplicarem a pena de Talião aos seus algozes! É tempo que o governo encare está questão seriamente e dê acertadas providências" (*Revista Ilustrada*, 1888, nº 485, p.4 e 5). In: Revista Eletrônica *Falas Breves*, vol. 05. Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó-Breves. Maio/junho de 2018. ISSN 23581069

Há também a imagem do negro dependente, sem recurso financeiro para se manter, fragilidade física devido aos anos de trabalho forçado, esses aspectos apresentam como era difícil o cotidiano dos escravos e como a luta abolicionista se fazia necessária, as imagens nos remetem a um cotidiano de extremo sofrimento e resistência, que custou muitas vidas negras.

Sant'anna apresenta as imagens desenhadas de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada que tem a intenção de colocar em evidência traços marcantes

de uma identidade esquecida, impregnadas pela mensagem humorística, tendo como objetivo delatar e suscitar no público diferentes pontos de vista, ampliando a visão do leitor para diversos olhares.

“Aqueles são imagens que possuem um caráter humorístico, uma forma supostamente ingênua e despretensiosa. Mas, que se constituem recurso discursivo e ideológico de conscientização, pois exercem ao mesmo tempo várias funções: divertem, informam, denunciam e criticam as atitudes, os fatos e as personalidades que aludem”. (Sant’anna, 2018:33)

Mas é importante destacar que em meio a este cenário de violência e revoltas, existiam negros que se diferenciavam e assumiam outras posições dentro deste momento político, e são estes que se posicionam denunciando a construção de um imaginário negro de inferioridade que justificava a forma animalésca em que os escravos eram tratados.

“era possível encontrar no Brasil oitocentista, homens negros bem sucedidos à frente de todas as profissões, esta não era a regra: a discriminação à pele negra existia e se mantinha graças ao legado que a escravidão disseminava, sendo justamente contra a escravidão e a propagação desse legado que Joaquim Nabuco, Ângelo Agostini e os articulistas da *Revista Ilustrada* se opunham” (Sant’anna, 2018: 36).

Mesmo havendo uma mobilização em torno da imagem do negro como ferramenta de denúncia, não efetivou uma mudança de fato no cenário que se colocava, a forma pejorativa, depreciada e violentamente marcada, continuou a perdurar, deixando um legado de inferioridade, preconceito, violência que permanecem atualmente na sociedade.

Não cabe neste trabalho analisar o trabalho do ilustrador Ângelo Agostini, mas destacamos que suas crônicas, caricaturas e charges reconstróem um momento histórico do período oitocentista, nos apresentando

o cotidiano e a imagem do negro neste período tão controverso e cheio de tensões sociais.

Müller (1999) mostra que estereótipos criados no cativeiro apresentavam uma imagem negativado negro, um desses estereótipos é que os cativos não davam importância a “laços familiares”, teoria falsa, pois estudos atuais comprovam que os laços familiares dos cativos foram construídos com muito sacrifício e estratégias individuais. Por este motivo eram considerados irresponsáveis, imprevidentes e marginalizados.

Esta forma de apresentar os negros o afastou não somente das escolas, mas dos seus direitos como pessoas e cidadãos, esse imaginário arraigado na história permanece atualmente nas salas de aula, onde a imagem é sempre negativa, de escravos, pacíficos e sem intelectualidade, contribuindo para a baixa estima e reforçando um racismo estrutural.

“Também as representações sobre a “pouca” inteligência dos negros e mestiços, sua incapacidade para os estudos mais aprofundados e etc. etc. fazem parte de um conjunto de representações sociais, originários da difusão de teorias racistas em voga no século passado”. (Müller, 1999: 36)

A mulher negra também é retratada nas charges, segundo sant’anna elas eram o símbolo da ausência do desenvolvimento social, econômico e intelectual. Se diante de um cenário de lutas e resistências a imagem do negro marcava seu lugar na luta social, as mulheres também tinham suas batalhas, seja por gênero seja por raça e pensar como elas estavam inseridas neste campo de tensões nos permite ver a desigualdade de outro ângulo na estrutura hierárquica daquele período.

2- As mulheres Negras no Período Oitocentista

Marcadas pela escravidão Gomes (2008) relata o sofrimento e as resistências que estabeleciam com seus senhores, não eram somente vítimas,

também protagonizavam embates e lutas por suas famílias e suas vidas, eram elas que muitas vezes apoiavam revoluções e fugas coletivas, apesar da dureza deste período, elas lutaram. “Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusava-se a trabalhar e ameaçavam senhores com o suicídio e o infanticídio” (P.6).

Eram estratégias que revelavam como eram tênues as relações de vida e morte, ambos os lados possuíam ferramentas de coerção, embora o poder dos senhores fosse imprescindivelmente maior, colocando muitas dessas mulheres submetidas a castigos brutais e que por vezes lhe custavam a vida ou a vida de seus familiares, mesmo assim possuíam formas de negociação.

“Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado por opressões, construíam ambientes de autoestima e se tornaram decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis” (GOMES, 2008:7)

Entendê-las é compreender a história de luta e força, elas foram marcadas por uma cultura construída por homens, muitas para sobreviverem se adequaram às normas da época, eram tratadas como os homens e trabalhavam exaustivamente, historiadores e pesquisadores apresentam um cenário de intensa exploração. Mas elas foram resistentes e também buscaram acesso à educação.

Entender estas questões nos remete o quanto foi difícil para as mulheres negras acessarem escolas, manterem seus posicionamentos sociais, reafirmação nos espaços públicos, não eram somente impedimentos raciais, diante de uma sociedade sexista, elas sofriam mais exclusões.

“... no Brasil, desde a implantação do sistema escravista, elas foram relegadas a uma posição social inferior à de outras mulheres, a de homens e até mesmo negros. posição que necessitava de pouco ou nenhum letramento para sobrevivência”. (Santos; Santos: 2019)

O trecho acima nos dá um panorama da situação feminina no oitocentismo, nos apresentando a precariedade de viver sob o jugo da escravidão e como era desvantajoso ser mulher, ainda mais se fosse negra.

Santos e Santos (2019) nos apresentam a educação escolar das mulheres neste período, onde a escola noturna oportunizou um espaço para as mulheres aprenderem o ensino elementar básico ou primeiras letras. Num contexto em que houve um incentivo para a criação desses espaços escolares, embora masculinizados as autoras apresentam a presença feminina neste período. Embora houvesse algumas barreiras como falta de luz, atraso no pagamento de professores, ausência de mobílias, entre outros fatores, o fato é que as mulheres que possivelmente acessavam estas escolas noturnas eram pobres e negras. Segundo as autoras, a escolarização poderia significar para as meninas mais pobres:

“... ser empregada doméstica, assim como fazer costura ou artesanato poderiam ser fatores que motivavam as famílias a matricularem suas filhas nas escolas, talvez na esperança de ofertarem maiores oportunidades no futuro como um casamento ou uma melhor chance de conseguir um trabalho numa fábrica ou no ramo doméstico no período pós-abolição” (Santos; Santos, 2019:60).

Reprimidas pela moralidade cultural e social, as mulheres buscaram nos estudos possibilidades de ascensão e ocupação dos espaços públicos, alguns exemplos de mulheres negras que acessaram a escola nos aproximam de outras realidades possíveis no período oitocentista.

Um exemplo dessa busca pela escolarização é Maria Odília Teixeira, que segundo Santos e Santos (2019), se formou em medicina, neste período de dificuldade de acesso das mulheres à escolarização, mas ela alcança o nível superior e é marcada por “dois pontos centrais: Gênero e cor”. Esta trajetória foi definida por sua resistência, pois encontrou em sua trajetória hostilidades dentro da faculdade que estudava a FAMEB.

A inserção em espaços masculinos e prioritariamente branco representava um duplo desafio, tanto de gênero como por raça, ser negra e ocupar um espaço escolar de nível superior já apresenta, mesmo que sutilmente, um grande avanço para o período em questão. Odília Teixeira quebrou várias barreiras e contribuiu com a desconstrução de preconceitos naturalizados sobre o lugar da mulher e principalmente da mulher negra.

De fato, já havia dificuldade para a inserção de homens e mulheres, ex-escravos, na sociedade, com grandes desvantagens principalmente para mulheres negras, segundo Santos (2019). Elas esbarravam com culturas extremamente machistas, racismo, desvantagens em relação ao gênero, sua colocação na esfera social era marcada por impossibilidades maiores do que de outras mulheres não negras.

Muitas lutas femininas não abarcavam os ideais de todas as mulheres, quando começavam a falar sobre as pautas de racismo e suas práticas em termos de mulher negra, não havia unanimidade, Santos (2019) ressalta que isto camuflava a exploração da mulher negra pela branca, desta forma os ideários não eram os mesmos, embora todas fossem mulheres.

Davis (2018) ao contar a história de Sojourner Truth revela o quanto a violência e a opressão cometidas as mulheres negras não eram as lutas das mulheres brancas, diante de tanta dureza que foram a vida das escravizadas Sojourner quebrou estereótipos, mostrou habilidade, experiência, eloquência e força ao declarar “não sou eu uma mulher”, para um público que considerava como mulher somente as mulheres brancas. Provou que a inteligência não dependia da cor e nem do gênero, reivindicando a dignidade que fora roubada com a escravidão e desta forma com seu discurso humanitário legitimava sua luta e convicção por justiça e igualdade.

Esta questão revela que não bastava estar sob o jugo do gênero, a questão racial trazia dilemas mais profundos, afinal eram as negras que estavam em condições serviçais e em muitos casos dentro do espaço

doméstico das mulheres brancas, cumprindo tarefas degradantes e tendo seus direitos negados.

Santos (2019) nos apresenta uma imagem dessa mulher negra como mão-de-obra escrava no eito ou como mucamas, ou mulheres pobres, sós, chefe de família, que procurava um meio de sobreviver e sustentar suas famílias, a partir de ocupações domésticas (doces, salgados e lavagem de roupa), elas trabalhavam enquanto as brancas ainda lutavam por esse direito, eram situações distintas.

Diante deste cenário de tantas impossibilidades, ocupar os espaços escolares parecia uma grande impossibilidade, o que não significa que não ocuparam, mas a grande maioria estava trabalhando de forma precária, estudando a noite em ambientes sem estrutura escolar, buscando formas de ocuparem outros espaços através do conhecimento.

Mulheres que ocupavam o espaço da rua, que trabalhavam e não tinham as mesmas possibilidades das mulheres brancas, no imaginário da época pós-abolicionista. Muitas eram tidas como objeto de exploração, mas eram mais que isso, representavam a resistência silenciada pela história. Quando falamos das mulheres negras, colocamos em debate a raça, classe e sexo, essas questões apontam a necessidade de olharmos a história da mulher negra com seus atravessamentos que diferem da luta universal das mulheres (SANTOS, 2019).

“A mulher branca era vista como esposa, mãe e que deveria se dedicar ao marido e filhos e a casa. Em contraponto, temos a mulher negra, tendo papel semelhante ao homem, ou seja, papel ativo na sociedade, que enquanto escrava trabalhava na casa grande, no campo, nos engenhos, além de ser a “mãe em potencial” de novos escravos e assim, junto com o escravo homem, era o suporte do sistema escravocrata”. (Santos, 2019: 137)

A mulher negra no pós-abolição continuou em situação de exclusão e racismo, Silva (2019) relata que as mulheres negras precisavam lidar com os estereótipos raciais e de gênero, contornando a agressiva sexualização que as atingiam em cheio. Os trabalhos que ocupavam eram semelhantes à escravidão, o acesso à escolarização foi custosa e muitas não tiveram acesso, trabalhando em áreas domésticas.

Poucas mulheres negras tiveram a oportunidade de serem escolarizadas e possuírem trabalhos relativos aos seus estudos, neste período pós-abolição, Coema Hemetério dos Santos, filhas de pais negros que eram professores, se destaca como professora num momento de racismo e exclusão social para as mulheres.

Silva (2019) apresenta Coema como uma professora que fez parte de um grupo de educadoras promovidas “por merecimento” à condição de professora adjunta de 1º classe. O destaque desta professora nos apresenta um cenário de resistências e contradições, e que as relações eram diversas, múltiplas, nas entrelinhas da história havia outras formas de estabelecer relacionamentos sociais.

“Ela (Coema) é o início e a continuidade de uma trajetória familiar de professores e funcionários da administração pública municipal que, de acordo com os padrões de seu tempo, construíram um legado que combinava boas qualidades profissionais, intelectuais e morais.”
(2019:37)

Não olhar o cotidiano, as histórias de vidas de homens e mulheres negras é deixar passar despercebido, riquezas do cotidiano oitocentista, esse dia a dia dão conta das várias maneiras encontradas pelos negros e negras de participarem desta sociedade, não olhar essas relações acabam camuflando estratégias e resistências que mudaram a forma desses negros vivenciarem o pós-abolição. Silva (2019) aponta para a desconstrução dessa visão de negros passivos, sem vontade, apenas mercadorias, sem família e deformados pela escravidão, essas falas não representam a realidade complexa desse período.

“Não se trata de negar as estruturas sociais e as hierarquias raciais decorrentes, construídas ao longo de mais de três séculos de escravização de pessoas negras. Mas, de discutir de que maneiras e por quais caminhos os sujeitos vivenciaram estas estruturas. Para tal é necessário considerar aspectos como possibilidades de negociação, resistência e revolta, formação e reconstituição familiar, produção de cultura, dentre outras.” (SILVA, 2019:38)

Diante de situações tão diversas que rompem com a homogeneização das relações cotidianas, da vida, apresentando um cenário de disputas políticas, sociais e econômicas que permeavam o convívio do período em questão. A presença feminina, negra e bem sucedida assume outro aspecto na sociedade, tencionando e abrindo diálogos para uma nova forma de reolhar a história, partindo de experiências que parecem individuais, mas que representam uma sociedade com relações contraditórias.

Outro fator ressaltado por Silva (2019) é que apesar dos avanços de se ter imagens positivas de mulheres negras, escolarizadas e bem sucedidas, elas ainda estavam debaixo de padrões morais de feminilidade e tinham que lidar com o racismo, ou seja, além da questão de gênero, onde predominava o machismo, estavam marcadas também pelo preconceito de cor.

“... as relações de gênero entre os fins do século XIX e primeiras décadas do XX estavam permeadas por visões científicas nas quais mulheres eram entendidas como pessoas de menor capacidade intelectual, feitas para o sentir e, sobretudo, para a missão natural que eram o casamento e a maternidade.” (SILVA, 2019:41)

A desigualdade não era somente racial, os padrões da época permitiam o silenciamento e a invisibilidade feminina, as mulheres tinham ainda que lidar com a “hegemonia masculina” e as normas determinadas pela sociedade daquele período. Pontuar estas questões nos permite compreender o universo feminino e suas lutas. Aceitar esse domínio também pode representar proteção, se adequar também poderia ser naquele momento uma forma de ao

menos participar de uma sociedade que era violenta, injusta e racista com as mulheres negras.

“as formas de se vestir, a estética adotada, o comportamento seguido, o esmero em construir competência intelectual e profissional, dentre outros aspectos, podem ser entendidos como formas de falar para seus pares e para o mundo. Um falar que precisava negociar com mecanismos de controle masculino (negro e branco), dialogar com os modelos vigentes que hipervalorizavam a estética feminina branca, driblando as hierarquias raciais”. (SILVA, 2019:47)

Dar visibilidade as mulheres negras contribuem para desnaturalizar preconceitos que ainda rondam o imaginário coletivo, questões como a sexualização do corpo, inferioridade, higiene, pois com o avanço do discurso médico as amas de leite eram consideradas inferiores, entre outros estigmas que desqualificavam e permitem, ainda hoje, práticas racistas e violentas contra a integridade e o corpo negro.

Refletir sobre a trajetória feminina negra nos remete a um protagonismo e criação de estratégias num período de cativeiro e opressão, muitas nem acessaram as escolas, mesmo entendendo que poderia ser uma forma de obter mobilidade social, as condições de vida e a dificuldade de acessar esses meios trazem resultados que impactam até os dias atuais.

“A educação é vista pela maioria como forma de ascender socialmente e ter melhores condições de vida. A mulher branca conseguiu adentrar mais os níveis superiores aos longos dos anos, segundo os censos, diminuindo as distâncias dos homens brancos, mas a população negra não atingiu da mesma forma, muito menos a mulher negra” (SANTOS,2019:140)

A pobreza, a necessidade de trabalhar, o desamparo governamental, a dificuldade de acesso à saúde, direitos humanos, levaram homens e mulheres a exploração de sua mão-de-obra, a mulher negra precisou trabalhar, esta questão já contribui para o afastamento escolar, em alguns casos, por ser um

período de mentalidade escravista, teve sua energia sugada nas lavouras, não tendo possibilidade de escolha como nos apontam as pesquisas aqui mencionadas.

Por fim ainda podemos ver essas mazelas do passado presentes nos dias atuais, à negação de direitos cometidos em outros tempos reflete hoje nas relações e posições sociais, as impossibilidades em relação à escolarização ainda permanecem, evitar o acesso ao conhecimento, é perpetuar práticas antigas de um Brasil que queria se modernizar excluindo, hierarquizando e legitimando o preconceito racial.

2.1. A Mulher negra X Escolarização

O acesso a uma vida cidadã já era um desafio grande no período oitocentista, as escolas seriam um desafio muito maior. Müller (1999) apresenta um país que está se construindo como nação, onde o branco era civilizador, o índio deveria ser aperfeiçoado pelo branco e o negro reemposável pelo atraso. Com essa imagem negativa do índio e do negro se constrói um pensamento que adentra no ensino escolar aumentando a inferioridade e o preconceito.

Os pavores de revoltas tardaram o acesso dos negros as escolas, afinal muitos exemplos comprovariam este pensamento, Corbo (2020) apresenta Luiz da Gama como fundador da nossa liberdade e apresenta sua luta incansável para libertar os negros escravizados. Com uma trajetória de experiência como escravo, injustiçado, Gama representa resistência e como rábula foi fundamental para defender os negros.

Não foi uma trajetória simples estudar num Brasil oitocentista, principalmente para os negros, Rosa (2019) expõe em sua resenha que as relações pessoais, de afeto, de proteção e de apadrinhamento necessária para criar oportunidades de estudo e trabalho tinham seus contrapontos, ficavam

limitados a gratidão por pessoas que ocupavam a parte de cima de hierarquias políticas, econômicas e raciais.

Deviam favores após sua formação, enfrentavam duros preconceitos nas instituições escolares, Rosa (2019) cita que Luiz da Gama foi alvo de racismo institucional, não conseguindo se formar em direito se tornou rábula. Havia um dispêndio para o acesso escolar que muitos não puderem nem obter.

O acesso à escola e acesso e a cargos de prestígio não era algo simples de ser conquistado, segundo Müller (1999:36) o esforço em obter e galgar profissões de maior prestígio esbarravam quase sempre na resistência a aceitar que o negro “saísse do seu lugar”.

Rosa (2019:335) “Não estamos acostumados a enxergar o negro fora do lugar em nenhum momento de nossa longa história nacional”. Achamos normal olhar para história e aceitar, de forma naturalizada, que a escravidão era necessária, que causou desigualdades, mas ajudou na “construção” deste país. Pensar somente desta forma visibiliza toda uma história de resistência e heterogeneidade que marcaram a história do Brasil.

Silva (2018) nos apresenta mulheres que nem sempre frequentavam a escola, mas buscaram na escrita uma forma de terem suas demandas atendidas: “para muitas escravizadas, escrever tornou-se, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de expressão, na luta por melhores condições de vida e por direitos iguais entre homens e mulheres” (pág. 278).

A condição feminina precisa estar no debate sobre educação de escravos e é preciso cuidado ao analisar as distintas experiências das escravizadas (SILVA, 2018). Observar a condição da mulher e dos homens nos ajudam a entender como eram as relações deste período e desconstruir preconceitos.

“Dar visibilidade ao processo de luta dos escravizados, também em busca de educação, configura parte da perspectiva que concebe o escravizado como gente e não mercadoria, coisa ou,

apenas, força de trabalho braçal no eito (roça onde os escravos usavam a enxada na limpeza de uma plantação). Os escravizados não eram folha em branco, mentes vazias sem ideias ou conhecimentos, porém mulheres e homens complexos, dotados de experiências, culturais, memórias, saberes e sentimentos”. (SILVA, 2018:280)

Silva (2018) diz que: “conhecer a trajetória dos escravos é essencial para o Brasil, onde a memória é um direito sistematicamente negado à maior parte da população afrodescendente” (pág. 280), portanto entender a trajetória desses personagens negros é dar protagonismo a diferentes realidades sociais.

As mulheres, ao longo do período oitocentista, esbarram em diversas questões como o sexismo, moralismo, hierarquias e escravidão, as mulheres negras experimentam desvantagens mais profundas. Muitas vezes silenciadas, como aconteceu com Coema Hemetério dos Santos, Silva (2019) relata que sendo professora, ela foi impedida de avaliar suas alunas, um silenciamento que as mulheres vivenciavam cotidianamente seja por homens brancos ou negros. Precisou ser defendida pelo pai Hemetério dos Santos que era renomado professor negro.

“A voz legitimada a questionar diretamente as autoridades quanto ao ocorrido era masculina” (SILVA, 2019:45). Isso demonstra como se davam as relações na sociedade, mesmo sendo professora, honrada devia se adequar aos padrões impostos na sociedade, ser mulher já representava um grande desafio, ser negra lhe conferia maiores impedimentos, mesmo não sendo de família pobre.

Olhar a trajetória de Coema nos dá um panorama estrutural das mulheres naquele período, invisibilizadas e reprimidas, estavam sujeitas às mais diversas injustiças e vulnerabilidade, por serem mulheres, o que nos faz pensar nas que além de serem negras, eram pobres, escravizadas ou marcadas pela escravidão, diante de imposições que a sociedade propunha.

Olhar estes cotidianos nos apresenta uma realidade marcadamente restritiva de direitos.

Como acessar possibilidades de instrução diante de um cenário excludente e hierárquico? Santos e Santos (2019) nos mostram que pautar a história da educação escolar para essas mulheres nesse período é refletir o quanto ela foi e é significativa, mesmo não sendo muitas mulheres que tiveram este acesso a educação, elas representam resistência diante de uma sociedade machista e racista servindo de exemplo para as futuras gerações que deverão continuar lutando por acesso escolar.

“A escolarização noturna foi um acontecimento em várias províncias brasileiras no final do século XIX, principalmente nas décadas de 70 e 80, quando as agitações abolicionistas foram mais intensas” (Santos e Santos, 2019:53). O acesso escolar se deu de diversas formas, segundo as autoras desde iniciativas de governos provinciais, professores particulares, organização de trabalhadores ou de maneira autônoma.

Essas possibilidades de acesso não eram fáceis, o ensino era pautado na visão de ensinar os costumes da época e alguns conteúdos, Santos e Santos (2019) relatam que o nível de ensino era de primeiras letras (básico, primário), aprendendo cálculos e a doutrina cristã católica apostólica romana e que “todo cidadão” que tinha “notório saber” com “moralidade compatível” e carta do pároco da freguesia assinada, poderia lecionar sem ser necessariamente formado pela escola normal.

Num Brasil que construía sua identidade nacional, a escolarização era fundamental, embora as escolas noturnas sofressem em muitos aspectos, o espaço físico nem sempre adequado e ausência de mobiliário e não pagamento de professores eram fatores que interferiam no funcionamento das escolas.

"Pedidos como esses, de acordo com a maioria da documentação pesquisada, eram aceitos, o que poderia atrapalhar a continuidade das

escolas era a baixa frequência das pessoas matriculadas ou a falta de móveis, iluminação ou pagamento aos professores” (Santos e Santos, 2019:58).

Eram muitos desafios que se apresentavam, pois as mulheres negras além de estarem expostas a trabalhos exaustivos durante o dia enfrentavam a precarização das aulas noturnas, revelando a forma como eram tratados o ensino para este tipo de público, outro fator importante eram as normas para o acesso a escola, não bastava somente desejar estudar era preciso ser vacinado. “O critério de vacinação mostra mais um elemento de que essa escolarização ia se ajustando à época, tanto a higienização quanto ao sanitarismo” (Santos e Santos, 2019:59).

É importante destacar que o ensino escolar não objetivava a emancipação das mulheres negras, tinham uma finalidade, de adequá-las ao mercado de trabalho, em condições precárias e desumanas. Santos e Santos (2019) apontam que eram uma forma de manter o controle e direcionamento ao mercado de trabalho e a condição era assegurar-las como “criadas, operárias e, infelizmente, até para mantê-las em condições análogas a escravidão”.

Não é descartado a possibilidade de que mulheres e homens negros usufríssem dessas possibilidades de estudo para de alguma forma mudarem suas condições de vida e até aumentar o nível de escolaridade. As relações são complexas e heterogêneas, proporcionando possibilidades diferenciadas aos indivíduos.

“Casos como os da Bahia, Pelotas e do Ceará evidenciam os direcionamentos dados à escolarização de mulheres na época e as dificuldades de conferir essas oportunidades tais quais eram para homens, com muito mais dificuldade quando se tratavam de mulheres libertas e escravizadas, em uma sociedade em que saber ler, escrever, contar e ter outros conhecimentos escolares era motivo de distinção

social e as chances de elevação de condições econômicas" (santos e santos 2019:62).

Essa possibilidade de ascensão foi experimentada por poucas mulheres negras e mesmo em posições de destaque, algumas estavam sujeitas a uma sociedade com pensamentos moralistas, machista em que o papel da mulher era bem demarcado, elas seriam mães e boas esposas, a ponto desses conteúdos serem ensinados nas escolas. As negras estavam debaixo dessas e outras opressões como o racismo, machismo de homens brancos e negros e o preconceito de uma sociedade higienista que as excluía de seus direitos, mas não significa que elas (as negras) não resistiram e lutaram por justiça.

Freitas (2008) relata que Etelvina Amália de Siqueira, professora abolicionista escrevia para a imprensa e, em 1884, publicou "A escravidão e a mulher", denunciando a crueldade social e questionou as mulheres que presenciavam tanta brutalidade e não se posicionavam:

"[...] mesquinha da maioria das mulheres que até então tem acompanhado sem se manifestar atos cruéis contra escravos e escravas. Apelou a caridade, às virtudes femininas e o coração feminino para que se manifestasse, e eduque seus filhos adequadamente tendo como base, a bondade, a justiça, a honestidade e a liberdade. conclamou que as mulheres não fossem coniventes com a escravidão, apenas preocupadas em registrar os escravos, e manter a vaidade, mas que lutassem pela liberdade deles". (FREITAS, 2008:3)

"Jornalista, professora, poetisa, contista, declamadora, oradora, abolicionista, republicana" (FREITAS, 2008:5), um perfil de mulher forte e que contribuiu em defesa dos negros e negras de sua época, Freitas nos apresenta uma militante abolicionista e alfabetizadora de meninos e meninas não brancos. Outro exemplo de mulher negra professora apresentada por Freitas (2008) é Maria Firmina dos Reis, romancista, também discutia a questão racial, escreveu um romance intitulado "Úrsula" e escreveu artigos para jornais e revistas. Como mulher negra também experimentou questões de raça e

gênero. Segundo Barros e Bezerra (2020) Maria Firmina Reis, era pesquisadora, feminista, romancista e professora de primeiras letras “por mais de três décadas”.

“Assim como Etelvina Amália Siqueira, também Maria Firmina dos Reis se ressentia do tipo de educação dada às mulheres do seu tempo, os limites da formação realizada no espaço doméstico e de alguma forma a circunscrição das ações femininas”. (FREITAS, 2008:9)

A educação feminina tinha restrições e essas experiências não impediram que essas professoras fossem o diferencial de sua geração. Denunciaram a realidade cruel dos negros e ao mesmo tempo nos mostram como as mulheres estavam posicionadas neste contexto hierárquico e excludente.

“No entanto, a denúncia sobre a condição feminina, a educação restritiva recebida pelas mulheres e a necessidade da abolição da escravidão marcaram as trajetórias das professoras pesquisadas” (FREITAS, 2008:10), nos apresentando um contexto social de múltiplas facetas, de outras vozes e heterogêneas realidades.

Barros e Bezerra (2020) nos apresentam mulheres negras que, apesar de todo contexto de desigualdades do século XIX, contribuíram para mudar o pensamento que se tinha na história sobre elas. Nos apresentam Luciana Teixeira de Abreu (1847–1880), professora primária, publicou na imprensa, fez parte da sociedade literária e defendia o direito das mulheres ao ensino superior e Bernardina Maria Elvira Rich (1872-1942) fundadora da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino, professora debatedora e intelectual. Apresentam também professores negros para demarcar que eles estavam presentes na história e o quanto a historiografia avançou seu olhar em relação a homens e mulheres de não brancos.

“Essas trajetórias apresentam diversos pontos convergentes, a despeito das especificidades regionais, temporais e das questões individuais. Como ocorria com outros(as) docentes, esses sujeitos atuavam em diferentes esferas (irmandades, partidos, associações, grupos abolicionistas), tinham experiência em diversos níveis e tipos de educação (primeiras letras, ensino secundário ou superior, aulas noturnas), praticavam a escrita (textos literários e teóricos, manifestos, livros, imprensa). Por vezes, trataram sobre questões de raça (discutindo sobre ser “de cor” ou negro), classe (defendendo educação para os pobres) e gênero (abordando temáticas femininas). A maioria das pesquisas evidencia o papel do pertencimento racial nessas experiências”. (BARROS e BEZERRA, 2020:08)

Estas constatações nos permitem perceber outras experiências de vida no período oitocentista, não minimizam o racismo e suas implicações, mas nos apresentam outros cenários e formas de resistências, que passaram pelo cotidiano de pessoas de cor. Houve revoltas, reflexões intelectuais, escrita, lutas que contribuirão para a mudança de perspectiva que permanecia de que todos os negros e negras eram iguais, Barros e Bezerra contribuem para esse novo olhar para a história.

Observar mulheres negras que conseguiram se escolarizar, chegando ao nível superior, as que foram autodidatas ou aprenderam em outros espaços, até aquelas que não tiveram acesso algum a escolarização e resistiram a crueldade de uma sociedade escravista, nos mostra não só o dinamismo social, mas a força dessas mulheres, que, ainda hoje, nos inspiram a lutar por igualdade.

3 - Experiência de uma professora Negra no período oitocentista

Silva (2019) nos apresenta em sua pesquisa uma professora negra, nascida em 1888, cinco meses após a abolição oficial da escravidão, seu nome é Coema Hemetério dos Santos e seus pais são Hemetério José dos Santos e sua mãe Rufina Vaz Carvalho dos Santos, ambos professores, intelectuais negros, pais de mais cinco filhos homens, que viviam uma situação diferenciada de muitos negros que estavam em uma sociedade marcada pela escravidão e seus legados simbólicos.

” Ainda que os Hemetérios dos Santos não tenham efetivamente vivido a experiência da escravidão, pertenciam a uma sociedade que insistentemente reconstruía formas de hierarquização social baseadas em cor e raça. Traziam na pele as marcas que os vinculariam aos antepassados escravizados ao longo de toda vida” (SILVA, 2019: 30)

Embora Hemetério dos Santos exercesse uma função pública como professor, com uma trajetória consolidada e uma família letrada, que atendia os padrões da época, Silva (2019) nos revela que não deixaram de vivenciar o racismo, apesar do percurso diferenciado de muitos negros da época e ter relações sociais de prestígio, as práticas de discriminação ainda perduravam e reafirmavam práticas excludentes numa sociedade escravista.

Estas questões nos dão um panorama de como eram tecidas as relações naquele período, onde ataques racistas eram expostos em jornais e declarados publicamente, era um momento de incertezas gerados no pós-abolição, lembrando que neste período houve muitas violências contra negros e no imaginário coletivo ainda permaneciam a ideia de vê-los com inferioridade.

É diante deste cenário que Coema nasce e estabelece uma vitoriosa trajetória. Ela é descrita como uma mulher negra inteligente e que se destacava

em sua carreira escolar com relativo sucesso, sempre acompanhando a trajetória bem sucedida de seu pai Hemetério, professor de português e sua mãe Rufina, que atuou como professora de escola municipal e diretora em algumas escolas, como evidência Silva (2019).

Observar a trajetória de Coema nos revela como era difícil ser mulher e negra num contexto de extremas limitações e hierarquias, Silva (2019) destacou que ela atingia os padrões sociais de letramento e respeitabilidade exigidos no período.

“Os Hemetérios dos Santos eram pessoas que dominavam plenamente as ferramentas de leitura e escrita, compartilhando uma bagagem intelectual que, em linhas gerais, legitimava o status quo branco e instrumentalizava formas de distinção e hierarquização social” (SILVA, 2019:33)

E com todo esse aparato de conhecimento de grupos privilegiados brancos, os Hemetérios foram vítimas de preconceito racial. Indiferentes se eles pertenciam a uma classe social mais privilegiada, se possuíam algum prestígio, ser negro os faziam experimentar o racismo. A questão era a cor da pele, ela evidenciava as marcas estruturais que a escravidão deixou como legado o racismo, que trazia em seu bojo a hostilidade, segregação e a marginalização do indivíduo negro, sendo ainda mais complexo em relação ao gênero feminino.

Silva (2019) afirma que Coema significa "início da manhã" e tem origem tupi, além de marcar o início da família, tupi também representa mais um dos povos relegados a discriminação e hierarquização dos colonizadores. Acompanhar a trajetória de Coema e seu percurso no espaço público, nos remete à complexidade das múltiplas relações que eram estabelecidas.

“O início da manhã dos Hemetérios dos Santos, uma menina negra nascida no Rio de Janeiro, teve acesso a educação formal desde as primeiras letras e ingressou na escola normal oficial em 1904. Nesse

ano ela cursou o primeiro ano do curso diurno, sendo aprovada nas disciplinas de Francês (com distinção), português (plenamente), aritmética, caligrafia, ginástica, trabalhos de agulha, trabalhos manuais, música, geografia (somente na segunda chamada). Em 1905, aos dezessete anos, ela foi matriculada no 2º ano do curso noturno. Seguiu os estudos no período noturno até 1907, aos 19 anos. Aos 20 anos em 1908, a jovem Coema foi aprovada com distinção ao exame de prática escolar”. (SILVA,2019:33 e 34)

O período pós abolição manteve e renovou o racismo. Numa época de profundas dificuldades e desigualdades de gênero, raça e classe, estudar e se estabelecer como professor e professora pode ter representado, para alguns homens e mulheres, uma forma de resistência. No caso aqui estudado, da família Hemetério, observa-se que o patriarca, muitas vezes, como homem e tendo a voz legitimada pela sociedade, teve que defender sua família e sua integridade contra as discriminações e preconceitos raciais.

“Para alguns dos seus contemporâneos, como é evidenciado nas páginas das revistas “para fazer rir”, o posto de intelectual e “homem das letras” ocupado por Hemetério estava em xeque. Isto é, para muitos dos seus pares o fato de um homem negro dialogar horizontalmente com todo aquele universo letrado era sinônimo de muitas “suspeitas” e “indagações”, traduzidas em pilhérias, ironias e ofensas públicas. Entretanto, não se pode perder a dimensão dialética e conflituosa desse processo, pois o intelectual negro não somente sofria as consequências do racismo, mas buscava interferir sobre as mesmas”. (SILVA, 2015:.86)

Era um desafio ocupar posições e espaços que antes eram negados, escrever na imprensa, ser articulado, ter acesso a informações e ao mundo letrado era um grande desafio, para as mulheres era ainda mais custoso e de difícil acesso. Embora Coema tenha trilhado esta trajetória de forma semelhante ao seu pai.

Esta pesquisa de Silva (2019) nos aponta como gênero, raça e classe estão presentes nas experiências do pós-abolição e na atualidade. Olhar para a professora Coema é ainda ver o quanto essas questões ainda permeiam a sociedade. Herdamos o racismo e o sexismo, mas também herdamos as resistências e as maneiras de se ressignificar em tempos tão difíceis.

Muitas vezes resistir é também se adequar ao sistema imposto socialmente e através deste lugar de privilégio usar os recursos e códigos culturais dominantes para se defender e se posicionar contra uma estrutura predominantemente racista. Esta foi certamente uma importante estratégia utilizada pelos Hemetérios dos Santos. Silva (2019) ao relatar sobre os “padrões da época”, nos mostra que os Hemetérios seguiam essas normas sociais. Coema, como mulher negra e professora, “combinava “boas qualidades profissionais, intelectuais e morais” (SILVA: .37). Além de trabalhar como professora pública no ensino primário de dia, e na escola normal à noite, ela escrevia artigos, cuidava da casa, de marido e filho.

“A associação entre mulher- casamento-maternidade foi peça fundamental na construção das agências femininas, tanto no espaço privado quanto público. Para a jovem Coema não foi diferente, pois além das qualidades intelectuais e do nome “herdados”, a moça seguiu o roteiro comum às moças do mesmo círculo social, casou-se em 1910, aos vinte e dois anos [...] A maternidade se somou a vida de esposa e professora pública primária”. (SILVA,2019:42)

Além de cumprir as normativas da época, Coema teve sua carreira bem sucedida, foi promovida por “merecimento” e não por “antiguidade” (anos de trabalho) como outras professoras da época. Estes desafios ainda tão presentes atualmente nas trajetórias de docentes do sexo feminino demonstram as permanências das desigualdades de gênero e a continuidade de padrões sexistas e de exploração do trabalho das mulheres, que cumprem ainda majoritariamente várias jornadas no cuidado da casa, dos filhos.

“[...] as relações de gênero entre os fins do século XIX e primeiras décadas do XX estavam permeadas por visões cientificistas nas quais as mulheres eram entendidas como pessoas de menor capacidade intelectual, feitas para o sentir e sobretudo, para a missão natural que era o casamento e a maternidade. Portanto a conquista do espaço público e de maior autonomia por parte das mulheres pertencentes aos círculos letrados e camadas médias da sociedade forma processos que envolveram relações de gênero desiguais entre homens e mulheres, valores de classe e gêneros definindo os padrões moralmente aceitáveis e ações dentro das normatizações definidas pela hegemonia masculina”. SILVA, 2019:42)

Coema ocupou espaços públicos, provou que era capaz e foi reconhecida por suas habilidades profissionais. A sua experiência contradiz a ideia de um único perfil de mulher negra, nos apresentando múltiplas experiências no pós-abolição:

“As investigações sobre as agências negras no pós-abolição levantam uma profusão de experiências que romperam com a clássica narrativa de que decretado o fim do sistema escravista em 13 de maio de 1888 a população negra, largada à própria sorte, experimentou apenas o caos e a desorganização social que culminariam com a completa exclusão da nova sociedade que se construía” (SILVA, 2019:37)

“Assim esses sujeitos passam a ser encarados como agentes históricos donos de experiências que são fundamentais para a compreensão que construiu a partir do dia 13 de maio. não se trata de negar estruturas sociais e as hierarquias raciais decorrentes-construídas ao longo de mais de três séculos de escravização de pessoas negras. Mas, de discutir de que maneiras e por quais caminhos os sujeitos vivenciaram essas estruturas”. (SILVA, 2019:38)

Diante de relações sociais complexas e adversas, nas quais padrões de hierarquia estavam presentes, como a dominação masculina, Silva (2019) nos instiga a pensar nas dificuldades de ser mulher negra, e professora, em face das exigências e padrões eurocêntricos e racistas de feminilidade dominante e das imposições sociais relacionada ao gênero. Coema Hemetério dos Santos teve a difícil tarefa de manter o legado de seu pai, enfrentou o preconceito

racial e de gênero. Outras mulheres negras recentemente investigadas pela historiografia, como Maria Odília, Luciana Teixeira de Abreu, Etelvina Amália de Siqueira, e tantas outras, ao ingressarem no campo educacional, no mundo letrado e no exercício de profissões liberais, desconstruíram padrões e desafiaram as desigualdades de gênero, raça e classe.

Nem todas elas seguiram os padrões sociais dominantes. Algumas não casaram, não tiveram filhos e dedicaram suas vidas à luta abolicionista. Nesse caso, Freitas (2008) nos apresenta Etelvina que era professora, poetisa, contista, declamadora, oradora, abolicionista, republicana, alfabetizou meninos e meninas recém-libertos e ainda escravizados. Segundo Freitas (2008), Maria Firmina dos Reis era romancista e criou a primeira escola mista pública de sua época, escandalizando a sociedade maranhense. Ela representou força e luta numa sociedade machista e racista. Tanto Etelvina quanto Maria Firmina fizeram “denúncia sobre a condição feminina, a educação restritiva recebida pelas mulheres e a necessidade da abolição da escravatura.” (2008:10)

Essas mulheres, do mesmo modo que Coema Hemetério dos Santos, tiveram o privilégio de acessar o ensino formal, mas esta não foi a realidade da maioria das mulheres negras. Carvalho (2021) apresenta a escritora afro-brasileira, Gilka da Costa Machado (1893-1980) que não teve acesso à educação formal, pois o Estado brasileiro não investiu massivamente na educação escolar gratuita na Primeira República. Como era muito comum, Gilka Machado foi educada pela própria mãe, em casa. O que não a impediu de ser vencedora de um concurso de poesia promovido pelo jornal Imprensa, para eleger a melhor poesia do Brasil em 1933.

Cabe salientar que houve mulheres que não acessaram o letramento, mas trabalharam exaustivamente para que sua prole tivesse acesso à educação formal. Estamos falando de um universo feminino heterogêneo, com reações e trajetórias diferenciadas, com diferentes formas de ver e estar no mundo, com antagonismos e acessos múltiplos à educação. Além de Coema Hemetério dos Santos, com sua brilhante trajetória, foram aqui apresentadas

algumas outras mulheres negras que foram professoras atuantes na sua sociedade.

O desafio é transpor as novas pesquisas para os espaços escolares, ampliando o debate, trazendo reflexões e aprofundamentos sobre a temática racial, apresentando suas especificidades, diferenças, resistências. Promover um olhar crítico sobre a realidade vivenciada pelos nossos antepassados e o quanto desse legado ainda perdura no imaginário coletivo. É preciso mostrar, sim, que houve escravidão, para que isso não se repita, mas também é preciso pontuar que houve professores renomados, escritores, poetas, desafiadores do sistema, abolicionistas e intelectuais negros. Houve mulheres e homens que marcaram suas gerações, elevando a autoestima e o desejo de pertencimento identitário ao povo negro. A escola possui extrema importância na discussão desse debate. Embora a escola sozinha não possa transformar a realidade social, ela pode colaborar como canal para refletir sobre a mudança. A escola é potente e espaço de diálogo com a história.

Considerações Finais

A pesquisa sobre as professoras negras no período pós-abolição possibilitou uma ampliação sobre esta temática, trazendo reflexões sobre processos históricos importantes, como a presença feminina no cenário educacional, exercendo a militância, escrevendo em publicações locais, participando da luta abolicionista e demonstrando inteligência e resistência.

As personagens de professoras, contrapuseram as imagens criadas na escravidão, num contexto onde a herança escravocrata ainda se mantinha forte, as imagens pejorativas diminuíam a humanidade e a inteligência dos negros, a desigualdade pulsante de gêneros era grande, mas elas desafiaram a história.

A experiência de vivências negras oportunizaram um outro olhar sobre a história, Evaristo diz que “Assim como a experiência branca nos orientou em muita coisa, eu acho que a experiência negra, a experiência indígena, a experiência das mulheres, (...) se transforma em material para pensar o mundo. (GUZZO: 2021)

Nesse sentido os estudos sobre Coema Hemetério dos santos, Gilka Machado, Etelvina e Maria Firmina, foram possíveis devido a metodologia de pesquisa bibliográfica, que contribuiu indicando a trajetória a ser percorrida no processo de estudo. À medida que as leituras eram realizadas, outros elementos surgiam mostrando como a história é dialética e dinâmica. encontramos nas pesquisas vários grupos de negros, seja africano, brasileiros livres ou cativos, intelectuais, músicos, militantes, entre outros, que participaram ativamente da experiência do pós-abolição.

As análises oportunizaram compreender as experiências das mulheres negras no período oitocentista no Rio de Janeiro, suas trajetórias, protagonismos e estratégias utilizadas para sobreviver ao racismo e machismo. Eram mulheres negras que estabeleceram um olhar crítico e reflexivo sobre a complexidade e heterogeneidade da constituição do ofício docente, naquele momento histórico. Sendo professoras, elas usaram a ferramenta do ensino como forma de educar e protestar contra os horrores da escravidão.

Nessa perspectiva podemos enfatizar que estas trajetórias inspiram os estudantes, mesmo conhecendo as mazelas da escravidão. Pois há os que não se conformaram, os que lutaram, os que resistiram e que contribuíram para um outro olhar diferenciado da história. Estudar a trajetória do negro no ambiente escolar é fundamental, apresentando a história pela visão dos personagens negros, valorizando seu percurso, enriquecendo os conteúdos de ensino e aprendizagem escolar e fortalecendo os vínculos identitários.

Essas considerações permitem afirmar que as pesquisas sobre os negros na história são imprescindíveis, pois esta ferramenta possibilita a inserção de outros atores sociais e outras narrativas até então desconhecidas ou silenciadas no contexto do pós-abolição.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história Única**. Portal Ted. com, 12 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_the_danger_of_a_single_history/transcript?language=pt-br

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural?** Editora Letramento. Belo Horizonte (MG), 2018.

Barros, Surya Aaronovich Pombo de .BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. **Não brancos(as) e periféricos(as): histórias da docência no Brasil**. Revista Brasileira de Educação v. 25, 2020.

CARVALHO, Marina Vieira de. **Musas Negras: raça, gênero e classe na vida de Gilka da Costa Machado**. Portal Geledés, em 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/musas-negras-raca-genero-e-classe-na-vida-de-gilka-da-costa-machado/> acessado em 19 de abril de 2021.

CORBO,Wallace. **Fundador da nossa liberdade**. Quatro Cinco Um: a revista dos livros. 1 de agosto, 2020. Disponível em <https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/h/para-alem-da-escravidao> acessado em: 20 de fevereiro de 2021.

DANTAS, Carolina Viana. **Monteiro Lopes (1867-1910), Um Líder da Raça Negra na Capital República**. Revista Afro-Ásia. Número 41. P. 1-43. Universidade Federal da Bahia- UFBA. Bahia, Novembro, 2010.

DAVIS, Angela. **A potência de Sojourner Truth. Blog Boitempo, São Paulo. Publicado em 26 de novembro de 2018.**

FERREIRA, Higor Figueira. **Com Tintas da Liberdade: Professores, Raça e Cartografia da Educação na Corte Imperial.** 2020.1. Tese de Doutorado-PPGHC-IH-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Práticas Educacionais e Abolicionistas: aspectos da configuração do trabalho docente através das trajetórias de Etelvina Amália de Siqueira (Sergipe, 1862-1937) e Maria Firmina dos Reis (Maranhão, 1825-1917).** Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUZZO, Morgani. **Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira.** Jornal Catarinas, em 28 de Julho de 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrói-a-historia-brasileira/> acessado em 17 de agosto de 2021.

MATTOS, Hebe. **Raça e cidadania no Crepúsculo da Modernidade escravista no Brasil.** In: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil Imperial volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues. **A cor da Escola: Imagens da Primeira República.** Cuiabá MT. Entrelinhas/EDUF, 2008.

MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues. **Professoras Negras na Primeira República.** In: OLIVEIRA, Iolanda; PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (Orgs.). Caderno PENESB I: Relações raciais e Educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999.

PAIVA, Eduardo França. **Leituras (im)possíveis: Negros e Mestiços Leitores na América Portuguesa.** Belo Horizonte: Colóquio Internacional Política, Nação e edição, 2003.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. **História das diferenças e das desigualdades revisitados: notas sobre Gênero, escravidão, raça e pós-emancipação.** Revista Estudos feministas. Volume 16, número 03 Florianópolis. Setembro/Dezembro, 2008.

ROSA, Marcos Vinicius de Freitas. resenha do texto: **As crianças que vingaram**: Sete formas de ser negro no Brasil oitocentista de PINTO, Ana Flávia Magalhães. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. Resenha da revista Afro-Ásia, V.60 ,2019.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. **Imagens de Negros no Brasil Oitocentista**: Revista Ilustrada (1876-1898) Revista eletrônica Falas Breves. Volume 05. Universidade Federal do Pará, Campos Universitário Marajó-Breves. P. 29-44. Maio/Junho de 2018.

SANTOS, Geilza da Silva. **O Engenho Bom FIM e o Lugar Social da Mulher Negra no Pós-abolição (Areia-PB, 1890-1920)**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, volume 06, número 2, P. 122-144. Outubro/Dezembro, 2019.

SANTOS, Jucimar Cerqueira; SANTOS, Mayara Priscila de Jesus dos. **Da Educação primária ao ensino Superior**: O Desafio das Mulheres Trabalhadoras de Cor e trabalhadoras para alcançar a Educação Escolar no Brasil entre o Final do Século XIX e Início do XX. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, volume 06, número 02, P.51-75. Outubro/Dezembro, 2019.

SANTOS, Jucimar Cerqueira.SILVA, Fabiano Moreira da. SANTOS,Silvano dos Reis. **Aguerridos professores políticos e abolicionistas**: Educação, Docência e Sociabilidade no imediato pós-abolição. Revista ABPN. v12 n. especial- Caderno temático: Africanos escravizados, libertos, biografias, imagens e experiências atlânticas. Agosto de 2020. p.591-612.

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez. **Cultura escolar e Instituições Escolares no Império Brasileiro**: Notas sobre uma trajetória de pesquisa em História da Educação. In: CURY, Claudia Engler, GALVES, Marcelo Cheche, FARIA, Regina Helena Martins (orgs). Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sócio políticos. Maranhão: editora Queiroz de Carvalho LTDA e Universidade Estadual do Maranhão UEMA, 2015, P. 21-38

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez; GONDRA, José Gonçalvez. **Formas do Brasil e Formas da educação**. In: Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: editora Cortez, 2008. P. 19-39.

SILVA, Alexandra Lima. **População negra e História da Educação: uma conversa com a Professora Dra. Surya Pombo de Barros**.Youtube. 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/o9lhSNzADfw>. acessado em: 25 de fevereiro de 2021

SILVA, Alexandra Lima. **Folhas do ébano**: (auto) biografias de escravizados e ensino de história. Revista História Hoje, v.7, nº14, pag. 263-284, 2018.

SILVA, Luara dos Santos. **Coema Hemetério dos Santos: A “Flor De Beleza” e “Luz de Amor”**. Trajetória de uma Intelectual Negra no Pós-Abolição Carioca. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, volume 06, número 2, P. 28-50. Outubro/Dezembro, 2019.

SILVA, Luara dos Santos. **Etymologias preto**: Hemetério José dos Santos e as questões de seu tempo (1888-1920), Dissertação de Mestrado- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.